TL5608

RETROSPECTIVA DE TIMOR: DEZ ANOS DE OCUPAÇÃO MILITAR

expresso por jill jolliffe

Lisboa, 1 de Dezembro--Faz dez anos que as tropas paraquedistas indonésias desceram em Dili, numa acção que abriu uma nova era negra na História de Timor Leste. Faz dez anos, também, que a corveta portuguesa João Roby abandonou a ilha de Ataúro, depois da sua tripulação assistir à invasão que acabou com a presença física de Portugal em Timor--nessa altura reduzida ao 'içar da bandeira', no fim de um domínio de 400 anos. Os refugiados timorenses estão a comemorar o dia com tristeza, mas o Governo Indonésio tambem assinala a ocasião, como sendo o décimo aniversário da 'formação da província de Timor Leste'.

Um artigo publicado no diário de Jakarta Sinar Harapan surgeriu às autoridades a comemoração do décimo aniversário com operações militares:

> ...o problema da restauração da segurança na 27ª província tem de ser enfrentado de uma vez para sempre. Todos nós sabemos que o problema da aniquilação dos restos [da resistencia] não é simples. Numa entrevista à agência Reuters, em Jakarta, no princípio de 1984, o General L.B. Moerdani Comandante das Forças Armadas explicou que os esforços para acabar com os que restam...em Timor devem ser feitos com cautela e sabedoria...
>
> No próximo ano, a actividade das Forças Armadas Indonésias na área da contra revolução e operações territoriais deve ser maximizada, quer para pressionar esses sobreviventes ao regresso à sociedade, quer para eliminar os que não querem mudar a sua atitude. A participação do povo nesse esforço é muito importante. Se a água secar, os peixes morrem... nos últimos anos, não foi apenas a Representação permanente da Indonésia nas Nações Unidas, mas também os representantes diplomáticos de vários países ocidentais que se ocuparam a servir as críticas que deliberada e frequentemente sensacionalizam a situação em Timor Leste.

Nos dez anos que se seguiram à invasão de Timor Leste pela Indonésia, houve flutuações na sua situação política, mas também houve dois factores constantes--a recusa do 'peixe' a morrer (embora tenha sofrido altos e baixos, a resistência sobreviveu), e a resposta insensível da comunidade internacional ao destino do pequeno território que teve o azar de ser apanhado entre os superpoderes.

A Indonésia deu ajuda económica a Timor Leste, um facto que é realçado a delegações estrangeiras visitantes, mas é algo extremamente ilógico dar ajuda económica a um território que é simultâneamente bombardeado. Poucas delegações se preocupam em perguntar quantos milhões de dólares por ano custam as operações militares da Indonésia em Timor.

Para nós, que estivemos em Timor no período entre o 25 de Abril e a invasão, há um contraste especialmente trágico entre a situação actual e o contagioso optimismo que arrebatou a população depois da queda do regime de Caetano, a profunda expectativa depois de anos de colonialismo, chegavam finalmente a democracia e a independência. Com o fim do isolamento colonial, os timorenses olhavam para o mundo exterior com curiosidade e esperança e, ironicamente, com uma esperança especial na vizinha Austrália.

Em vez disso, não só sofreram a invasão, como a fé na justiça se desfez nos ultimos dez anos: enquanto o mundo paralizava de horror quando, este ano, dezenas de milhar de pessoas morreram num breve período nas calamidades naturais da cidade do México e da Columbia, não houve reacção equivalente à calamidade provocada pelo Homem, que continua a desenrolar-se em Timor Leste. Segundo os próprios números indonésios, 60 000 pessoas morreram em poucas semanas, depois do ataque a Dili. Dezenas de milhar morreram depois, nos dez anos que se seguiram, e os dados sugerem que a matança continua.

INVASÃO E OCUPAÇÃO 1975-79

Depois da chegada a Dili, que foi acompanhada por execuções no cais, alguns civis, nos subúrbios onde havia resistência, atiravam sobre os paraquedistas enquanto estes desciam. Houve represálias em massa contra a população local.

Os dirigentes da FRETILIN retiraram-se da cidade e uma corrente humana fugiu com eles. Tinham consigo o rádio transmissor que tinha ficado na Cruz Vermelha Internacional e que fora usado para manter o contacto entre Dili e Darwin. Agora a FRETILIN usava-o para dar ao mundo exterior as notícias da invasão e isso funcionou como uma linha verde de informação, durante os primeiros anos de ocupação. No período que se seguiu, muitos desses civis morreram de fome, pois os mantimentos tornaram-se insuficientes para

alimentar a população das montanhas. Alguns refugiados conseguiram sair de Timor clandestinamente e viajar para Portugal. Uma mulher que aqui chegou contou-me como, em 1978 e 1979, ela e os oito filhos ficaram reduzidos a comer erva para sobreviver, antes de se decidirem a render às autoridades indonésias.

À data da invasão, muitos dos dirigentes da FRETILIN tinham cerca de trinta anos. Nicolau Lobato, um homem de vontade forte e fervoroso nacionalista, dirigiu a resistência até princípios de 1979. A crise de fome atingiu então o seu máximo e milhares de pessoas renderam-se a fim de obterem comida. Lobato caiu numa emboscada e foi morto numa caça ao homem pela Indonésia. Igual destino tiveram outros dirigentes da FRETILIN.

Entre 1979 e 1982 havia apenas notícias isoladas da resistência, trazidas por refugiados a Portugal ou cartas enviadas clandestinamente para fora do território. Foi por este meio que chegaram notícias de uma revolta em Dili em 10 de Junho de 1980 e da onda de repressão que se seguiu. Os contactos de rádio entre Timor e a Austrália terminaram quando o dirigente da FRETILIN Alarico Fernandes se entregou aos Indonésios, levando consigo o rádio da Cruz Vermelha. Perdeu-se o contacto regular com os guerrilheiros e ficou-se sem saber quem chefiava a luta militar.

A RESISTÊNCIA REORGANIZADA

Então, em 1982, chegou a Lisboa uma série de documentos em código, enviados por José Gusmão Xanana, um jovem membro do Comité Central, anteriormente conhecido como bastante discreto. Ele descrevia como conseguiu evadir-se com um grupo de guerrilheiros da rede Indonésia e fugir para a zona Leste, onde reconstruiram a resistência a partir do nada. Uma nova geração, cujos nomes ainda mal eram conhecidos, ficou a liderar a luta. Continuaram a ofensiva até que, em Abril de 1983, os oficiais indonésios acordaram num cessar fogo e no estabelecimento de conversações com Xanana. No entanto, ignoraram o seu pedido de divulgação da vontade de negociar, especialmente nas Nações Unidas, mas a FRETILIN tomou a precaução de fazer sair provas documentais das conversações, incluindo fotografias de Xanana sentado ao lado do Coronel Purwanto, Comandante Militar indonésio. Mais uma vez o Mundo perdeu a oportunidade de ter em atenção os apelos timorenses. O cessar fogo durou apenas alguns meses. De acordo com os refugiados que estavam nessa altura em Timor, durante esse tempo, os guerrilheiros

foram autorizados a entrar nas cidades com as suas armas. Usavam o cabelo comprido atado com fitas amarelas (os timorenses não cortam o cabelo em tempo de guerra) e até jogavam fotebol contra soldados indonésios, em Baucau, a segunda cidade de Timor. A FRETILIN propôs um plano de paz às Nações Unidos, mas esta Organização nem procurou enviar uma missão internacional ao território.

DEPOIS DO CESSAR FOGO

A trégua teve o colapso em Agosto de 1983 com um incidente em Kraras, perto de Viqueque na costa sul, quando um grupo de oficiais indonésios foi morto por milícias timorenses que pertenciam à HANSIP da Indonésia e que fugiram para se juntarem à FRETILIN, nas montanhas. O Coronel Purwanto enviou as suas tropas e várias centenas de pessoas foram massacradas como represália (documentado no relatório de Junho de 1985 da Amnistia Internacional, citando fontes independentes).

O Governador Mário Carrascalão, antigo dirigente da UDT, foi imediatamente a Jakarta, para protestar ao Presidente Suharto contra os assassinatos, e Purwanto foi recolocado como comandante militar, pouco tempo depois.

Desde essa altura a Indonésia começou a enviar reforços para Timor e Xanana deu o grito de guerra. Depois da crise de fome de 1978-79, a FRETILIN tinha dito aos seus apoiantes para voltar às aldeias, onde poderiam construir estruturas clandestinas mais eficazes. O sucesso desta tactica está eloquentemente descrito num relatório militar indonésio capturado pela FRETILIN em 1982 e, mais tarde, publicado pela Amnistia Internacional, devido às instruções aos soldados indonésios sobre formas de tortura. Também descreve a implantação da rede de resistência a nível de aldeia, mostrando um grau de organização mais avançado do que o que era imaginado por observadores externos. Com o grito de guerra da FRETILIN, a luta passou a ter uma nova base. A Indonésia voltou à tactica dos bombardeamentos aéreos, que fora usada nos primeiros dias de guerra, o índice de indonésios mortos pela FRETILIN aumentou — afirmam que foram mortos 68 em 1983 e 258 em 1984, para além dos feridos. Fontes alheias à FRETILIN, principalmente a Igreja Católica de Dili, corroboraram a

afirmação do aumento de mortos indonésios.

Também há outros relatos de violações dos Direitos Humanos depois de terminar o cessar fogo. Além do massacre de Kraras, há um notícia de que, em Dezembro de 1983, na povoação de Maupitine, no districto oriental Lospalos, o chefe convocou os habitantes para uma reunião, às ordens das autoridades indonésias. Apresentaram-se cinco homens e os indonésios deram ordens que os decapitasse por alegados contactos com a resistência. Este caso foi primeiro relatado por fontes da FRETILIN, mas confirmado independentemente, mais tarde, por um timorense que vive agora em Portugal e a quem foi contada a história.

São frequentes os relatos de fontes da resistência em Timor que dão a entender que o nível de conflicto continua a ser alto (embora as armas indonésias fiquem silenciosas durante a visita de delegações estrangeiras). Por exemplo:

> ...Em todo o Timor Leste, estão dezoito batalhões das forças invasoras, dez estão no 'sektur timur' [zona de Leste].
>
> Matebian, Osseroa voltaram a ser alvo das metralhadoras inimigas, durante os princípios de Abril...O antigo colégio feminino é a base deles, com tanques e canhões em posição. Colunas militares, 'satgas', circulam de um lado para outro transportando munições e pessoal, nos famosos 'mercedes' camiões.

No princípio deste ano a resistência sofreu um abalo com a passagem do estratega Mauk Moruk para o lado indonésio, onde se diz que fez parte do plano de uma ofensiva contra os guerrilheiros. As notícias depois disso dão a entender que o prejuizo causado pela sua rendição não é tão grande como poderia ter sido, mas é sintomático que aparentemente ele se rendeu, devido à desmoralização pela falta de apoio exterior. Militarmente, a resistência parece continuar forte, tendo restabelecido a ligação rádio com a Austrália, mas luta na esperança de que uma nova movimentação diplomática possa produzir de novo uma pausa, como atesta este documento de Timor, escrito em 28 de Outubro:

> ...pelas práticas diárias do povo nas vilas, nota-se e ouve-se pelas conversas que, de uma maneira geral, todos depositam as suas esperanças nos representantes que estão no exterior. E todos solicitam para...acelerar a Política Externa para o mais depressa possível alcançarmos a nossa Independência. Também apelam para uma melhor coordenação dos trablahos da frente externa a fim de levar a aspiração do povo Maubere sempre para a frente.

UMA DÉCADA DE DIPLOMACIA NO CASO DE TIMOR

Se a luta militar pela liberdade em Timor Leste, nos últimos dez anos é uma história de heroismo isolado, a história da diplomacia internacional, relativamente àquele território é muito pobre. Prevaleceu a filosofia do oportunismo. O único apoio diplomático consistente no que respeita à autodeterminação em Timor Leste veio dos países lusófonos africanos.

O caso de Timor não conseguiu atrair apoio significativo das democracias ocidentais, apesar da sua dita preocupação com os Direitos Humanos, enquanto os países socialistas têm mostrado indiferença--quer a China, quer a União Soviética estão comprometidos com Jakarta por relações comerciais ou políticas, embora, teoricamente apoiem a FRETILIN nas Nações Unidas.

No que respeita aos países ocidentais, a política dos Estados Unidos apoiando a Indonésia como um dos últimos bastiões do anti-comunismo no sudeste da Ásia, tende a determinar a sua forma de pensar. Apesar de vários depoimentos no Congresso sobre as alegadas violações dos Direitos Humanos, a política americana permaneceu solidamente com Jakarta.

A Austrália poderia ter tido um papel fulcral na ajuda a Portugal para a condução de uma descolonização ordeira, devido à sua influência na região. Mas, pelo contrário, apoiou a política da Indonésia desde o início (e não apenas depois da tomada de posição do Primeiro Ministro Hawke, este ano, como afirmam erradamente alguns meios). A Austrália esperava hipocritamente distanciar-se de quaisquer excessos que pudessem resultar, mas, a opinião pública tem instado repetidamente os sucessivos governos australianos a justificarem a sua atitude.

Como potência administrativa, Portugal desempenhou recentemente um papel mais activo na procura de uma solução negociada, em grande parte, devido à insistência do Presidente Eanes. O assunto corre o risco de ser enterrado, quando terminar o seu mandato, a menos que os timorenses o possam projectar na actual campanha presidencial.

As conversações que estão a decorrer em Nova Iorque entre Portugal e a Indonésia estabelecem uma base para uma solução, que não terá qualquer significado até incluirem representantes timorenses e se tente o cessar fogo no próprio território. Este ano,

o anterior Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, encontrou-se pela primeira vez com o representante da FRETILIN, José Ramos Horta, mas, este facto ainda está longe do alargamento das conversações aos representantes timorenses e, até agora os temas concretos da soberania foram evitados, sendo, fundamentalmente, tratados os aspectos humanitários do problema.

Ao longo destes dez anos, a resposta corrente ao problema de Timor é que é uma 'causa perdida'. É uma expressão inadequada usada pelas pessoas que nunca passaram por uma invasão ou ocupação estrangeira, no seu tempo. Desde 1975, em centenas de entrevistas com refugiados, a realidade quotidiana da vida sob uma ocupação estrangeira tornou-se-me clara: significa que a privacidade das casas pode ser violada a qualquer momento, que os cidadãos são sujeitos a prisões e execuções arbitrárias, que as mulheres são violentadas, que os alvos não militares são bombardeados--em resumo, não há Lei. Se Portugal estivesse sob um jugo invasor, separado do resto do Mundo, poderia algum português aceitar a descrição do seu destino, em termos de ser ou não representativo do sucesso ou insucesso da causa? Poderia alguém ter pensado em referir a ocupação Nazi da Europa, nestes termos?

Correram rios de sangue em Timor, desde 1975, mas se a invasão tivesse sido menos sangrenta, se só 20 000 pessoas tivessem morrido em vez das 200 000 apuradas pelas organizações internacionais de Direitos Humanos, isso não alteraria o facto de os timorenses terem sido privados da sua liberdade política e de que a sua escravidão nega a validade dos princípios democráticos. FIM

Ex.mº Senhor

Presidente do Conselho de Imprensa

Junto envio uma cópia da carta que escrevi ao Director do semanário EXPRESSO, onde me queixo da recusa de um artigo que me foi encomendado e uma cópia do referido artigo, que mandei traduzir para Português (foi acordado que o original fosse apresentado em Inglês).

Desejo fazer uma queixa formal contra o EXPRESSO, nos termos da Lei de Imprensa, que garante:

> "Zelar por uma orientação geral que respeite o pluralismo ideológico, possibilite a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, garanta o rigor e objectividade da Imprensa e impeça a apologia ou propaganda da ideologia fascista e de quaisquer outras igualmente contrárias às liberdades democráticas e à Constituição;"

Reconheço que o EXPRESSO tem direito a recusar um artigo se lhe faltar qualidade profissional, mas não acredito que seja este o caso. Como afirmo na carta junta, o artigo foi bem documentado.

Para o Conselho de Imprensa apreciar, junto envio uma lista das fontes citadas e fotocópias dos documentos relevantes que foram mencionados.

Baseada em atitudes anteriores do EXPRESSO (V. aminha análise na revista ABC nº 9 de Setembro de 1983), julgo que se está a negar a expressão do pluralismo de opiniões. Há dois grupos de pessoas que ficam prejudicados com esta política:

Os naturais de Timor Leste, quer em Portugal, quer em Timor, que são cidadãos portugueses, a quem é negado o direito da divulgação do seu caso;

O público Português, em geral, a quem é negado o acesso à infor-

mação sobre o que se passa em Timor Leste, pois trata-se de um importante assunto nacional.

Esta queixa é apresentada sem má-fé e na esperança que o Conselho de Imprensa a tenha em devida consideração.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Ex.ª os melhores cumprimentos.

Atentamente,

(Jill Jolliffe)

Rua Damasceno Monteiro, 14A R/C
1100 Lisboa
6 Dezembro, 1985

Exmo Sr
Director do semanário Expresso

cópia: Coordenador da secção Expresso Revista

Exmo Senhor,

Gostaria de fazer algumas considerações sobre a situação referente ao artigo de 2000 palavras, que me foi encomendado pelo Expresso para assinalar o décimo aniversário da invasão de Timor Leste.

Depois de entregar o artigo a tempo, como me foi pedido, na segunda-feira, dia 2 de dezembro de 1985, fui contactado por telefone, na quarta-feira seguinte, pelo Sr José Mario Costa que informou que o artigo era totalmente inaceitável, porque, para além de não estar bem documentado, era baseado unicamente em opiniões. Foi sugerido que, se eu estivesse de acordo, o artigo poderia ser usado na pagina de opinião. Respondi que o considerava bem documentado, baseado em grande variedade de fontes de informação e que, como jornalista profissional, nao achava adequado que o referido artigo aí fosse localizado.

Perguntei, tambem porque razão o Expresso não me tinha contactado antes, se não estava satisfeito com o artigo, para discutir possíveis cortes ou emendas, com o que eu teria cooperada de boa vontade, se tivesse sido consultada. Disseram-me que estava fora de questão a inclusão do texto, fosse de que forma fosse, fora da secção de opinão.

As críticas específicas foram que 'citava apenas fontes da FRETILIN'; que 'Não usava, por exemplo, citações do ex bispo de Dili'; que 'nao citava suficientemente as fontes Portuguesas, nomeadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros'.

1. O assunto do artigo era uma retrospectiva de 10 anos de guerra em Timor, para o qual me baseei em cartas e documentos em minha posse,

vindos regularmente de Timor; centenas de entrevistas com refugiados timorenses feitas ao longo dos ultimos 10 anos (como referi na conclusão do artigo); e na minha experiência pessoal (como correspondente da agência Reuters estava presente durante os primeiros dias da entrada dos indonésios em Timor e conhecia pessoalmente os personagens históricos do processo--UDT, FRETILIN e representantes da Igreja timorense). Obviamente, dei ênfase às fontes de Timor e, nesta estrutura de trabalho, a fontes de primeira mão.

2. Ao rever o artigo, as fontes citados sao as seguintes:

--2 fontes da Amnistia Internacional

--1 fonte da Igreja Catolica

--1 fonte da UDT

--3 fontes indonesias

--5 fontes da FRETILIN

--5 fontes de refugiados (incluindo 'centenas de entrevistas ao longo dos ultimos 10 anos')

3. Se houve algum aspecto reforçado com a minha opinião pessoal foi nos últimos dois parágrafos, que comecam por 'Throughout this decade...' nos quais apresentei uma visão geral de Timor, tentando resumir a realidade da guerra. Concordo que tomei a liberdade de o fazer, mas julgo que como especialista do caso do Timor internacionalmente reconhecida, estarei, talvez, autorizada a apresentar uma opinião, depois de 10 anos de trabalho neste assunto e também devido o facto de a natureza desta efeméride--o décimo aniversário da invasão--a torne pertimente, o que não aconteceria se não fosse assim. Julguei que o pedido do artigo pelo Expresso implicava a aceitação da minha autoridade no assunto, até certo ponto. No entanto, sabendo que este parte poderia provocar alguma polémica, estava disposta a eliminá-la. Mas, repito, o essencial do artigo era uma resenha histórica bem documentada.

4. Acho que o público português tem o direito de saber o que se passou em Timor Leste nos últimos 10 anos e que o Expresso está a negar-lhe o direito à informação, através dos seus actos.

Tendo em consideração o que atrás foi dito, peço que a vossa decisão seja revista, a fim de discutir possíveis alterações do artigo e possibilitar a sua publicação num dos próximos números.

Atentamente,

Jill Jolliffe